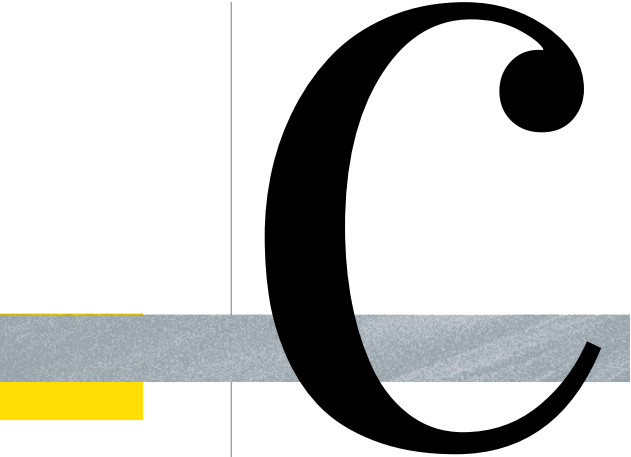


DESENVOLVIMENTO INCOMPLETO

Os indicadores econômicos vão bem, obrigado. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) brasileiro é o mais alto da história. Quanto ao Produto Interno Bruto (PIB), ainda que tímidos, os crescimentos são consistentes, o que levou o Fundo Monetário Internacional (FMI) a colocar o Brasil de volta ao top 10 das economias mundiais. Mas o sentimento popular não é esse — o supermercado cada vez mais caro e o salário que não acompanha o custo de vida reforçam o quanto o País segue desigual.

texto DIMALICE NUNES



Como medir o sucesso de um país? Até os anos 1980, o indicador mais usado para comparar países era o PIB per capita. A lógica era simples: quanto maior a renda média, mais desenvolvimento. Mas nem todos concordavam com a métrica e muitos economistas passaram a questionar essa linha de pensamento. Afinal, um país pode ser rico e boa parte de sua população não contar com serviços básicos. Além disso, crescimento econômico não se reverte integralmente em qualidade de vida. A partir dessa inconsistência, dois economistas ligados ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) — o paquistanês Mahbub ul Haq, considerado o principal idealizador do índice, e o indiano Amartya Sen, cuja teoria das capacidades serviu de base conceitual — criaram um indicador capaz de medir a renda de uma população, mas contemplando também pilares capazes de gerar oportunidades para viver melhor: longevidade e educação.

Haq costumava dizer que era preciso “tirar a obsessão dos economistas pelo PIB” e recolocar as pessoas no centro das políticas públicas. E a teoria de Sen defende que desenvolvimento é ampliar as liberdades e as capacidades das pessoas para que elas tenham uma vida longa e saudável, bem como adquiram conhecimento e uma renda suficiente para escolher os próprios caminhos. Segundo Sen, a riqueza é apenas um meio; o objetivo final é ampliar as possibilidades de vida das pessoas. Em 1990, nasceu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma crítica em forma de números à maneira como o mundo mensurava o progresso dos países.

Na primeira edição do relatório, o IDH do Brasil era de 0,610, o que o classificava como um país de baixo desenvolvimento humano. Em 2024 (último dado disponível, publicado em maio de 2026), o IDH brasileiro havia saltado para 0,805, dado que coloca o País na faixa de muito alto desenvolvimento humano, o maior patamar da história. O índice principal é composto por três pilares — longevidade, educação e renda, que, de acordo com o último relatório, alcançaram, respectivamente, 0,860, 0,798 e 0,760, numa escala que vai de 0 a 1. Os dados publicados recentemente fazem parte de um estudo do Pnud específico para o Brasil, o Radar IDH-M, cuja edição anterior correspondia a 2012, com um IDH de 0,744.

De forma desagregada, olhando para as dimensões que compõem o índice, o IDH Longevidade também cresceu de 2012 a 2024, saindo de 0,829 para 0,860, ao passo que o IDH Educação passou de 0,679 para 0,798. Por sua vez, o IDH Renda teve uma trajetória mais oscilante durante esses anos, repercutindo tanto o impacto da crise econômica iniciada em 2015 quanto da pandemia. Mesmo assim, saiu de 0,732, em 2012, para 0,760, em 2024.

À exceção do período da pandemia, o IDH e seus componentes apresentam uma sequência sustentada de alta. Mas não é preciso vasculhar com olhos de especialista uma longa lista de dados e estatísticas para saber que a vida, de fato, não melhorou tanto assim. E é o próprio relatório do Pnud que aponta para uma resposta. Quando o índice é ajustado contemplando a desigualdade, a história começa a mudar. Enquanto o IDH puro e simples passou de alto para muito alto de 2012 para 2024, o índice ajustado pela desigualdade social passou de baixo para médio, ou de 0,566 para 0,641.

“O IDH é um valor médio”, resume Fabio Waltenberg, professor de Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador no Centro de Estudos de Desigualdade e Desenvolvimento (Cede). E, como qualquer média, o indicador não é capaz de captar as nuances de uma população, principalmente de uma tão heterogênea quanto a brasileira. “O IDH diz como a sociedade melhorou, na média, ao longo do tempo. Mas, sozinho, não lança luz sobre as desigualdades embutidas no índice”, acrescenta o professor, detalhando que quando a desigualdade entra na conta, é como se fosse aplicado um tipo de desconto, reduzindo o valor do índice. “É interessante, porque evidencia como somos jogados para trás no ranking internacional quando o índice é ajustado”, pontua. De acordo com o relatório do Pnud, a partir da média dos valores de toda a série, o IDH ajustado representa 77,5% do IDH, implicando uma perda de 22,5%.

Contudo, colocando os dados em perspectiva, estes seguem positivos. Enquanto o IDH cresceu 8,2%, de 2012 a 2024, o índice ajustado pela desigualdade subiu 13,2%, no mesmo período.

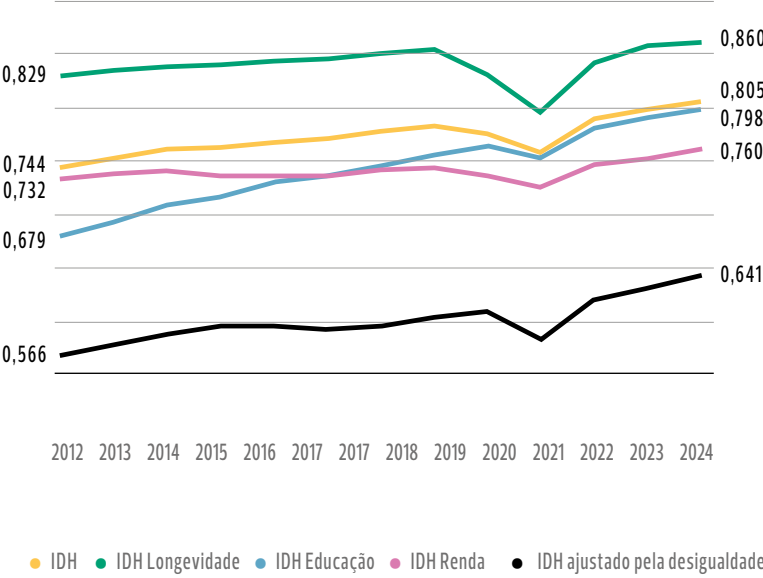
“O BRASIL JÁ FOI A SEXTA MAIOR ECONOMIA DO MUNDO E, MESMO ASSIM, PERMANECEU ENTRE OS PAÍSES MAIS DESIGUAIS DO PLANETA. É POSSÍVEL AUMENTAR O PIB CONCENTRANDO RENDA.”

CARLA BENI, economista e professora na Fundação Getulio Vargas (FGV)

É para essa evolução que o diretor da FGV Social, Marcelo Neri, chama a atenção. Enquanto o indicador representa a fotografia, sua evolução é um filme que merece ser assistido. “Quando analisamos o IDH e o IDH ajustado pela desigualdade, comparamos duas fotografias, e a segunda tem maior resolução. Mas é o filme que mostra a evolução”, compara. Uma analogia semelhante é feita por Waltenberg. “Num catálogo de tintas, os tons parecem todos iguais, mas quando olhamos para o primeiro e para o último, a diferença fica evidente”, descreve. “A desigualdade é uma marca brasileira, uma marca latino-americana, que sempre aparece na fotografia. Agora, se a transformarmos num filme, poderemos ver que o avanço é maior”, completa Neri.

O diretor da FGV Social esclarece também que o filme do IDH ajustado pela desigualdade mostra uma sociedade convergindo para a equidade. O problema é que isso leva tempo. Muito tempo. “O dado que mais me chama a atenção, quando tento descrever o Brasil, é que para alguém sair dos 25% mais pobres e entrar nos outros 75%, que incluem os 25% mais ricos, leva 175 anos”, opina. A convergência pode acontecer, mas demora quase dois séculos.

TRAJETÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO



Fonte: Radar IDHM, Pnud.



RAÇA, GÊNERO E TERRITÓRIO

Quando a desigualdade entra no IDH, melhoramos a resolução da fotografia do desenvolvimento humano brasileiro, mas é possível aumentar o grau da lente para enxergar onde e como essa desigualdade marca a sociedade. Por isso, incluir as variáveis gênero, raça e território na equação ajuda a clarear o cenário e a entender por que o IDH puro não reflete a vida real. “Quando analisamos uma média, ou mesmo quando levamos em conta a desigualdade, estamos falando da desigualdade entre pessoas quaisquer, e não olhando para as características dessas pessoas. O olhar sobre a desigualdade é sempre múltiplo”, pondera Waltenberg.

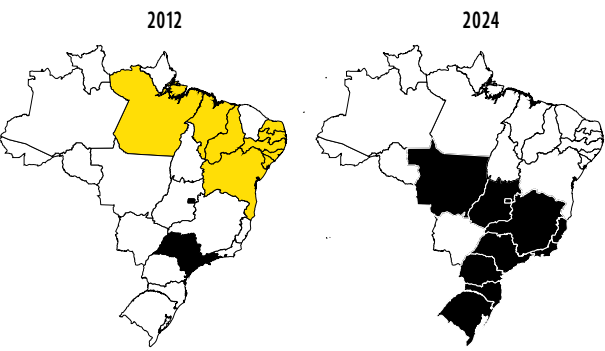
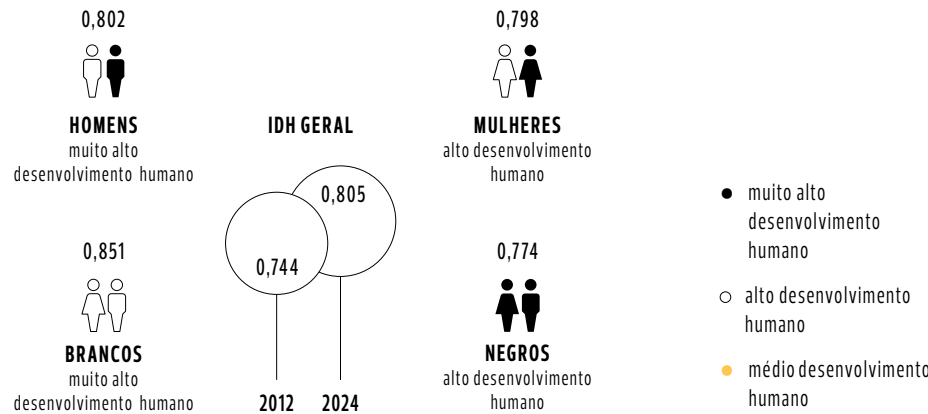
O IDH brasileiro é 0,805, certo?! Mas sobe para 0,851 quando considera só as pessoas brancas e cai para 0,774 quando consideradas apenas as negras, o que implica, inclusive, a queda de faixa de muito alto desenvolvimento para alto desenvolvimento. No entanto, embora o IDH da população branca tenha permanecido um nível acima do da população negra, o índice para os negros registrou crescimento de 10,3% de 2012 a 2024, ritmo quase duas vezes maior que o da população branca (5,5%), reduzindo a distância entre os grupos de 14% para 9%. Além disso, se para os homens o IDH é 0,802, para as mulheres é 0,798, também com queda para o nível de alto desenvolvimento.

“Gênero influencia, sobretudo em razão das expectativas diferenciadas sobre meninos e meninas, das responsabilidades de cuidado que normalmente recaem sobre as mulheres e que podem diminuir sua renda — ou das responsabilidades de contribuir financeiramente para o orçamento da família, que tendem a ter um peso maior para meninos, a ponto de fazê-los deixar a escola mais cedo”, detalha Joice Melo Vieira, livre-docente na área de Fecundidade, Nupcialidade e Família no Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas (IFCH-Unicamp) e

pesquisadora no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo-Unicamp). “Raça, seguramente, pesa, seja por causa da discriminação, seja por causa das desvantagens históricas que se acumulam ao longo das gerações, com menos acesso a educação, trabalho e, consequentemente, renda”, assegura.

Mulheres vivem e estudam mais, então, a desvantagem em relação aos homens está na renda. Contudo, a evolução é digna de nota. Na comparação entre 2012 e 2024, a disparidade no rendimento médio dos ocupados entre os gêneros diminuiu, passando de R\$ 401,88, em 2012, para R\$ 343,85, em 2024. A distância entre homens e mulheres no IDH Renda, que era de 0,177 em 2013, chegou a 0,143 em 2024, refletindo novamente os homens na faixa mais alta do desenvolvimento, enquanto não se alterou a faixa de classificação das mulheres. Apesar disso, no recorte por raça/cor, a desigualdade aumentou: em 2012, a população branca recebia, em média, R\$ 724,10 a mais que a negra, diferença que subiu para R\$ 748,99. Entre 2012 e 2024, a população negra obteve rendimento equivalente a 56% e 60% do rendimento da população branca, enquanto as mulheres obtiveram entre 73% e 80% do rendimento dos homens.

“A desigualdade territorial tem a ver com a localização dos equipamentos públicos que facilitam o acesso às oportunidades”, resume Joice. E os dados do Pnud deixam bem claro como as chances de uma vida melhor são mal distribuídas em solo brasileiro. Os avanços são inegáveis, porém, com os dados desagregados por unidades da Federação, boa parte do território está na faixa de alto desenvolvimento, enquanto o índice médio é de muito alto desenvolvimento. Distrito Federal (0,866), São Paulo (0,838), Santa Catarina (0,833), Paraná (0,822) e Rio de Janeiro (0,819) estão no topo da tabela; do lado oposto, Maranhão (0,745), Alagoas (0,746), Acre (0,754), Pará (0,758), Bahia e Amapá (ambos com 0,759).



Fonte: Radar IDH - Pnud, Radar IDH e IpeaData

“O IDH DIZ COMO A SOCIEDADE MELHOROU, NA MÉDIA, AO LONGO DO TEMPO. MAS, SOZINHO, NÃO LANÇA LUZ SOBRE AS DESIGUALDADES EMBUTIDAS NO ÍNDICE.”

FABIO WALTEBERG, professor de Economia na Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisador no Centro de Estudos de Desigualdade e Desenvolvimento (Cede)

“São diversos Brasis e esses dados precisam ser desagregados. Ainda temos muitas diferenças entre Estados do Sul e Sudeste, e os do Norte e Nordeste”, reforça Fernando de Souza Coelho, professor de Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). O professor lembra, ainda, as brutais discrepâncias internas não captadas pelo IDH em cada um das unidades federativas, como as existentes entre o plano-piloto de Brasília e as regiões do entorno da capital federal. Ou entre os bairros centrais e os periféricos das grandes cidades.

A expectativa de vida, dimensão importante do IDH, é de 80 anos no bairro da Consolação, no centro da Cidade de São Paulo. A pouco mais de 15 quilômetros de distância está o bairro de Brasilândia, na zona norte, com 64 anos, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “O que observamos quando esses resultados são divulgados — e deve-se comemorar a transição simbólica de alto desenvolvimento para muito alto — é também discutir as condições de um indicador sintético que, por vezes, é uma aproximação de representação da realidade, com limitações que mascaram a desigualdade”, ressalta Coelho.

MAS... E O PIB?

Crescimento econômico é importante, ninguém discorda. Mas a conversa ganha novos tons quando o olhar se volta para a qualidade de vida das pessoas. O PIB brasileiro expande-se de forma

consistente desde 2021, após a retração no ano mais duro da pandemia de covid-19. O crescimento foi de 4,8% em 2021, 2,9% em 2022, 3,4% em 2024 e 2,3% em 2025. Para este ano, o mercado financeiro estima um avanço de 1,99%, e o FMI, mais otimista, espera alta de 2,4%, o que leva o Brasil de volta ao clube das dez maiores economias do mundo. No entanto, trazer o PIB para a vida das pessoas exige, de cara, uma operação matemática: dividir toda a riqueza produzida pelo País pelo seu número de habitantes. O PIB per capita brasileiro, divulgado pelo IBGE, atingiu R\$ 59.687,49 em 2025, em torno de US\$ 11 mil por habitante, abaixo da média global. Por esse indicador, o Brasil desaba da 10ª para a 90ª posição mundial, atrás das economias centrais e de países da América do Sul, como Argentina e Chile.

“O Brasil já foi a sexta maior economia do mundo e, mesmo assim, permaneceu entre os países mais desiguais do planeta. É possível aumentar o PIB concentrando renda”, afirma Carla Beni, economista, professora na Fundação Getúlio Vargas (FGV) e conselheira do Conselho Regional de Economia do Estado de São Paulo (Corecon-SP). O Brasil enfrenta limitações estruturais permanentes, avalia. Além da concentração de renda, que faz o crescimento econômico beneficiar, primeiro, os setores de alta tecnologia ou de commodities, que geram menos empregos, há a precarização do trabalho — com a criação de vagas informais ou de baixa remuneração, o que impede que a riqueza chegue à base da sociedade. E barreiras de acesso aos serviços públicos, uma vez que, sem reformas tributárias progressivas e investimentos maciços em Educação, o crescimento econômico não rompe o ciclo da pobreza. “É possível ter uma boa evolução do PIB ao governar exclusivamente em favor de grupos específicos da sociedade. Melhorar o IDH pressupõe olhar a população de forma abrangente”, salienta Joice, da Unicamp.

Outro dado importante para entender como o dinheiro chega (e sai) do bolso do brasileiro é o rendimento médio mensal, medido pelo IBGE, de R\$ 3.367 em 2025, outro valor recorde. Para além do crescimento da renda, pela ótica macroeconômica, o Brasil vive também um período



A expectativa de vida
ao nascer é de

79,75
anos no Distrito Federal e de

74,32
anos no Amapá



A população adulta com
ensino fundamental completo é

83,38%
no Distrito Federal e de

59,14%
na Paraíba



A renda per capita domiciliar é de

R\$ 1.465,10
no Distrito Federal e de

R\$ 482,46
no Maranhão



de inflação sob controle e desemprego no menor nível da história. Ainda assim, a sensação predominante é de empobrecimento, de perda de poder aquisitivo. “Há um descolamento entre os dados e o sentimento das pessoas, que é real. A dificuldade em conseguir uma moradia, o excesso da própria exploração do sistema capitalista, enfim, tudo isso torna a vida mais difícil, mais árdua”, constata Carla.

O dinheiro limitado e a frustração em alta de-ságuam num outro indicador que ajuda a compreender a sensação de remar muito sem sair do lugar — o endividamento. “O aumento real da renda é importante para o consumo das famílias, mas há todo um volume de crédito disponível com a democratização do sistema financeiro que, muitas vezes, leva a população a perder o controle, somado à taxa de juros, ainda muito elevada”, enfatiza a professora da FGV. Cerca de 30% da renda das famílias brasileiras estava comprometida com dívidas no início do ano, de acordo com a Radiografia do Endividamento de 2026, estudo da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). A taxa repete-se pelo menos desde 2023. Teresina (PI) lidera o ranking, com 42% dos rendimentos mensais das famílias comprometidos com o pagamento de dívidas. Em Natal (RN), a taxa é de 36%, e em Macapá (AP), de 35%. O estudo mostra também que capitais de diferentes perfis têm o mesmo nível de endividamento, como é o caso de Macapá e São Paulo (SP), ambas com 69% das famílias endividadadas. Enquanto a primeira é uma cidade de menor porte, com aproximadamente 500 mil habitantes, a outra é a maior metrópole do País. O ranking dos mais endividados completa-se com Campo Grande (MS) e Belém (PA), com 70% de endividamento, e Florianópolis (SC), com 73%.

ESTUDAR MAIS, GANHAR MENOS

Uma questão mais subjetiva apontada pelos economistas ajuda a explicar o descolamento

entre os bons dados e o sentimento das pessoas de que a vida não melhora. Ao analisar as informações da série histórica do IDH, a dimensão Educação foi a que mais contribuiu para o crescimento do índice ao longo do tempo e em todos os grupos sociais. O IDH Educação, que era de 0,679 em 2012, passou para 0,798 em 2024. Entre as mulheres, historicamente mais escolarizadas, o índice subiu de 0,709 para 0,817; e entre os homens, de 0,650 para 0,779. Entre as pessoas brancas, passou de 0,748 para 0,839; e entre as negras, de 0,623 para 0,770.

“O Brasil é bom nesse critério [Educação], mas não é bom em transformar o avanço da educação em avanço do mercado de trabalho ou de renda no sentido estrutural”, resume Neri, da FGV Social. O professor acrescenta que o Brasil é, na verdade, um ponto fora da curva. “Nessa visão de longo prazo, se lembrarmos do milagre econômico [período entre 1968 e 1973, durante a ditadura militar], o Brasil cresceu a taxas altas, mas a desigualdade aumentou. Em 1980, um adulto brasileiro tinha, em média, três anos de estudo, mesmo número de 15 anos antes, mas a produtividade no milagre econômico deu um salto”, compara Neri. Atualmente, os brasileiros têm, em média, dez anos de estudo, “mas a produtividade ficou estagnada”, reforça.

Essa é uma observação dos estudiosos do tema, mas também empírica de quem vive essa realidade. Se até o início do século 21, ter um diploma universitário era garantia de ascensão social expressiva em relação à geração anterior (que não contava com os anos a mais de estudo), o que se vê, com frequência, são jovens, notadamente os de classe média, em declínio social em comparação com os pais. Para os mais pobres, que contam com uma base de comparação mais precária, o ganho ainda é evidente. Um jovem com diploma universitário pode ganhar até 126% a mais em comparação com quem parou no ensino médio. Segundo o IBGE, enquanto profissionais com esse nível de ensino recebem em média R\$ 2.291, graduados alcançam R\$ 5.796 por mês.

Quando o ensino não eleva a produtividade, o efeito sistêmico dela sobre a renda é baixo. “A educação funciona muito mais como um processo inclusivo, redemocratizante e de acesso a direitos humanos básicos. Melhorar a conexão entre educação e renda é ter ganhos de produti-

vidade. E ganhos de produtividade do mercado de trabalho são permanentes. Precisamos disso para garantir uma sociedade mais longa e com mais qualidade de vida”, finaliza Neri.

“Estamos falando de um aumento da qualificação educacional que, muitas vezes, não se reflete no mercado de trabalho”, sinaliza Coelho, da EACH-USP. Segundo o professor, discutimos a melhoria do mercado de trabalho, que, porém, ocorre em grande parte por meio da informalidade, caracterizada pela renda menor. Portanto, temos uma população economicamente ativa de aproximadamente 110 milhões de pessoas, das quais um pouco mais de 100 milhões estão empregadas, mas com uma renda média de pouco mais de R\$ 3 mil. “Ou pouco mais de US\$ 500. É baixa, muito baixa. As explicações para isso são tanto conjunturais quanto estruturais, com uma qualificação formal que não tem os desdobramentos esperados na competência do trabalhador”, destaca Coelho.

FILME COM FINAL FELIZ

Mas, afinal, o que é preciso fazer para transformar crescimento econômico, aumento da expectativa de vida e mais anos de estudo num desenvolvimento humano que não seja só bonito na foto, mas que melhore o filme que conta a história dos brasileiros?

“O processo de crescimento no âmbito econômico não basta. Temos de trabalhar esse desenvolvimento sem abrir mão de políticas públicas que joguem luz em dois conceitos que ainda estamos aprendendo a trabalhar no Brasil: transversalidade e interseccionalidade”, sugere Coelho. Em outras palavras, o caminho é pensar nas soluções para os problemas públicos não por uma abordagem setorial — educação, saúde, assistência social, cultura —, mas, sim, a partir da relação entre todas essas áreas. “A ideia de integralidade do problema público requer abordagens transversais que joguem luz na desigualdade, com análises sérias a partir de gênero, de etnia e raça, de territórios e de faixas etárias”, recomenda. Segundo o professor, avançamos muito na capacidade de diagnóstico, e não é por falta de dados que temos problemas na formulação de políticas públicas. “Mas, por vezes, quando olhamos para os arranjos de implementação dessas políticas, falta o foco na transversalidade, na interseccionalidade”, conclui.

&

FELICIDADE NACIONAL BRUTA

Introduzida pelo rei do Butão, Jigme Singye Wangchuck, em 1972, a Felicidade Nacional Bruta (FNB) tem sido, desde então, o princípio orientador desse pequeno país asiático com cerca de 800 mil habitantes. A FNB tem foco num desenvolvimento que equilibra progresso econômico com proteção ambiental, preservação cultural e boa governança, pilares medidos por nove indicadores: saúde, educação, padrão de vida, vitalidade comunitária, resiliência cultural, uso equilibrado do tempo, meio ambiente, boa governança e bem-estar psicológico. Todo projeto de lei do Butão é avaliado por esse índice antes de ser aprovado, num modelo que diverge dos métodos convencionais de medição de progresso, como o PIB, e foi reconhecido como uma alternativa mais humana e sustentável para medir a prosperidade.